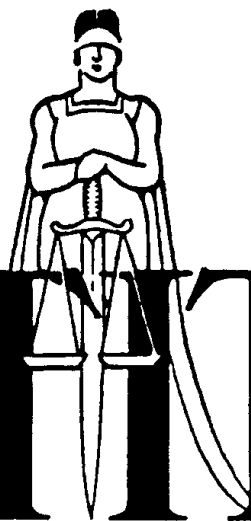


2
1946



JUSTITIA

órgão do ministério público de são paulo

são paulo
seção de publicação e divulgação

SUMÁRIO

O SESQUICENTENÁRIO DO CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO A PRIMEIRA SISTEMATIZAÇÃO PENAL DO BRASIL S. Silva Barreto	9
A PERSONALIDADE DE TOBIAS BARRETO E O CÓDIGO CRIMINAL DE 1830 Mamede José Coelho Filho	11
O CENTENÁRIO DO CÓDIGO CRIMINAL Vicente de Paulo Vicente de Azevedo	19
O INÍCIO DA CODIFICAÇÃO PENAL IBERO-AMERICANA José Henrique Pierangelli	38
DOCTRINA	53
A LEGITIMIDADE RECURSAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO PENAL PRIVADA E A INTERRUÇÃO DA PRESCRI- ÇÃO DA LEI N. 5.250, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1967 Nelson Nery Júnior	55
ASPECTOS DA AMPLITUDE DE DEFESA NO PROCESSO ADMI- NISTRATIVO Ruy Cardoso de Mello Tucunduva	67
ATUAÇÃO DEFENSIVA NO PROCESSO PENAL .. Christiano José de Andrade	73
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU Walter de Almeida Guilherme	84
CRIME DE RESPONSABILIDADE: PROCESSO E JULGAMENTO DO GOVERNADOR DO ESTADO José Celso de Mello Filho	98
CRIME FALIMENTAR Paulo Salvador Frontini	102
DA VENDA A DESCENDENTE Édis Milaré	120
O PODER DE EMENDAR NO PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL Raul Armando Mendes	133
FLORESTAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E O CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO Paulo Affonso Leme Machado	139
ISENÇÃO DO I. C. M. SOBRE OPERAÇÕES MERCANTIS ENVOL- VENDO MÁQUINAS CONSTANTES NA RELAÇÃO ANEXA A PORTARIA N. 665/74 DO MINISTRO DA FAZENDA, IMPOR- TADAS POR PAÍSES SIGNATÁRIOS DO "ACORDO GERAL DE TARIFAS DE COMÉRCIO (G.A.T.T.) Roque Antonio Carrazza	159
O AUXÍLIO MENSAL OU SUPLEMENTAR NA NOVA LEI DE ACIDENTES DO TRABALHO. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES José Emmanuel Burle Filho	165
O CASAMENTO DA OFENDIDA COM TERCEIRO COMO CAUSA EXTINTIVA DA PUNIBILIDADE, NOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES Marcelo Fortes Barbosa	171
OS EXCEPCIONAIS, PRINCIPALMENTE OS CEGOS E O DI- REITO DE AUTOR Antonio Chaves	180
VOCABULÁRIO DE DIREITO PROCESSUAL Cândido Rangel Dinamarco	188
SEÇÃO CÍVEL Pareceres	201
SEÇÃO CRIMINAL Pareceres	257
LEGISLAÇÃO	325
NOTICIÁRIO	331